

REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Ata 1/2026

Aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e 30 minutos reuniram-se na sala de reuniões dos Serviços Centrais e da Presidência do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), os conselheiros constantes da lista de presenças (**Anexo 1**) e o Presidente do IPCB, António Augusto Cabral Marques Fernandes. Os conselheiros Agostinho Xavier Dourado Barreto, António Bob Moura Santos e João Carlos Neto Mendes Borga participaram na reunião à distância. Estiveram presentes 25 conselheiros. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse dos novos conselheiros – estudantes
 2. Informações
 3. Apreciação e votação do Plano de Atividades (PA) para o ano 2026 e do orçamento para o ano 2026
 4. Apreciação e votação do Regulamento eleitoral para a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco
 5. Apreciação e votação do valor das propinas para o ano letivo 2026/27
 6. Apreciação e votação de Moção de defesa do ensino superior no interior do país

O Presidente do Conselho Geral (CG) deu as boas-vindas aos conselheiros.

- ## **1. Tomada de posse dos novos conselheiros – estudantes**

O Presidente do CG conferiu posse aos estudantes Leonor Calmeiro Matos Ferreira, João Francisco Nunes Fernandes, Rodrigo Esteves Bueno Correia e Maria Rita Madeira Carvalho.



2. Informações

O Presidente do CG informou sobre a sua presença em vários eventos do IPCB, nomeadamente no 45.^º aniversário, onde teve oportunidade de intervir – tendo disponibilizado a sua intervenção a todos os conselheiros; nos aniversários das escolas, no concerto da Orquestra Sinfónica da Escola Superior de Artes Aplicadas (ESART) - a quem felicitou pela sua qualidade; no Congresso Internacional de Envelhecimento e no Encontro Nacional de Ciência realizado em Évora, que discutiu, em novembro do ano passado, a reformulação do sistema científico nacional, onde foi relator do documento final.

Entende, o Presidente do CG, que quando assumimos estas funções, ou outras, “devemos procurar ser ativos, proativos e presentes”.

O Presidente do CG deu a palavra ao Presidente do IPCB que após cumprimentar os Conselheiros prestou as seguintes informações:

O Politécnico de Castelo Branco recebeu o Selo Estudante-Atleta 2024-2026, atribuído pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.), numa cerimónia realizada a 30 de setembro, em Matosinhos. A distinção reconhece o compromisso da instituição com a conciliação entre a carreira académica e a desportiva dos seus estudantes.

Ocorreu a receção provisória das obras de melhoria da eficiência energética e hídrica da Escola Superior de Tecnologia (ESTCB) e da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD) (lote 1) e da Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB) (lote 2) no âmbito do Programa de Eficiência Energética em Edifícios da Administração Pública. O processo encontra-se em fase de encerramento com avaliação ex post e submissão do pedido de reembolso de 3 000 000 EUR no final de dezembro.

A construção da nova residência está em curso e a requalificação também.

O IPCB já adjudicou a construção do Laboratório de Inovação Pedagógica da Escola Superior de Educação (ESECB) e a adjudicação da requalificação do Laboratório de Anatomia da ESACB está no bom caminho tendo em conta a

existência de uma proposta que cumpre os critérios estabelecidos. Em breve será lançada a empreitada para a requalificação do refeitório e bar da ESTCB.

Teve lugar no início de novembro o 4.º Congresso Age.Comm que reforça o interior do país como polo de investigação sobre envelhecimento.

O IPCB viu aprovada a candidatura para a ampliação e requalificação da Escola Superior de Educação (ESECB), num investimento de 2,4 milhões de euros. O projeto prevê a modernização de salas de aula, laboratórios, zonas de circulação, gabinetes e arrumos, bem como a construção de quatro novas salas polivalentes, capazes de se adaptar a diferentes formatos de ensino. A intervenção visa responder ao crescimento acentuado da escola nos últimos anos.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) recebeu recentemente a visita de Pedro Dominginhos, Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), num encontro dedicado à monitorização dos projetos financiados por fundos europeus em curso na instituição. Demos a conhecer a situação dos diversos projetos em curso, tais como o RP A23 (fases I e II), o REV UP, o NOV3P, o INNOV2CARE e o FARM4FUTURE. A requalificação das escolas, com vista à melhoria da eficiência energética e hídrica, financiada pelo Programa de Eficiência Energética em Edifícios da Administração Pública Central, num investimento superior a 4 milhões de euros bem como a construção da nova Residência de Estudantes da Talagueira e a recuperação das residências atuais foram igualmente temas da reunião/visita.

3. Apreciação e votação do Plano de Atividades (PA) para o ano 2026 e do orçamento para o ano 2026

A pedido do Presidente do CG o Presidente do IPCB apresentou o Plano de Atividades (**Anexo 2**) aos conselheiros e disponibilizou-se para responder a algumas questões.

A Conselheira Catarina Gavinhos pediu a palavra para apresentar duas questões, tendo começado por manifestar o seu agrado pelas obras executadas no âmbito do PRR:

Perguntou ao Senhor Presidente se estão previstas verbas para a manutenção dos edifícios, nomeadamente dos telhados, uma vez que, tanto na Escola Superior Agrária de Castelo Branco como na Escola Superior de Educação, chove no interior dos edifícios em diversos locais. Acrescentou que, sendo esta situação suscetível de colocar em risco o efetivo usufruto do grande investimento realizado através do PRR, é manifestamente importante que se assegure a respetiva manutenção ativa e contínua.

Relativamente aos Recursos Humanos previstos no Plano de Atividades, a Conselheira manifestou a sua preocupação, referindo que surgem problemas no IPCB que necessitam de resolução urgente. Tanto na ESACB quanto na ESE, o número de aposentações concretizadas nos dois últimos anos e as previstas para os próximos dois coloca em causa o regular funcionamento das instituições. Referiu que, na ESACB, ocorreram dez aposentações e entraram apenas dois novos Professores Adjuntos, salientando que, neste semestre, houve alunos sem aulas por dois meses numa unidade curricular. Apesar dos alertas apresentados nos diversos órgãos da ESACB quanto à reforma de um desses docentes (anunciada em junho), nada foi feito. Considerou esta circunstância manifestamente inadmissível e facilmente evitável com um mínimo de planeamento.

Acrescentou que, sem novas contratações de Professores Adjuntos e Professores Coordenadores, a acreditação de diversos cursos do IPCB pela agência A3ES poderá ficar comprometida.

Chamou ainda a atenção para o facto que, no último Relatório de Atividades do IPCB, se verificou que mais de 50% dos docentes são contratados, muitos deles em situação precária, o que dificulta a constituição de um corpo docente estável que assegure o adequado funcionamento pedagógico e científico.

Referiu, por fim, que também se verifica falta de funcionários não docentes em várias Unidades Orgânicas do IPCB.

Posto isto, pediu ao Senhor Presidente esclarecimentos sobre o número de concursos a abrir para Professores Adjuntos e Professores Coordenadores, uma vez que tal informação não está clara no plano de atividades apresentado sendo manifestamente importante compreender qual será a política de recrutamento do IPCB no futuro próximo.



De seguida, pediu a palavra o Conselheiro António Pais que começou por referir que o peso da massa salarial no orçamento do IPCB, ainda que seja o usual nas Instituições de Ensino Superior, revela infelizmente um subfinanciamento crónico destas instituições. Pediu esclarecimentos ao senhor Presidente do IPCB relativamente à execução dos referenciais massa salarial e investimento na relação entre verbas próprias e verbas do orçamento de estado, manifestando a sua preocupação com a falta de um plano para a renovação, atração e rejuvenescimento do corpo docente, bem como para o cumprimento dos rácios nas diferentes categorias.

O Conselheiro Jorge Costa referiu que o reforço do quadro de trabalhadores não docentes e as ações de qualificação/capacitação contínua (transição digital/conciliação da vida profissional e familiar) são dois dos objetivos definidos num dos eixos do Plano de Atividades para 2026. Assim solicitou ao senhor Presidente do IPCB os seguintes esclarecimentos:

Identificada a necessidade de reforçar o quadro de trabalhadores, no âmbito da prevista diminuição dos postos de trabalho a ocupar pelo pessoal técnico, administrativo e operacional, relativamente a 2025 contrariamente ao apresentado para o corpo docente. Como se justifica que em 2026, a despesa global com os recursos humanos apresentada seja maior face ao orçamento do ano anterior? Justificada em parte pelas contratações no âmbito de projetos financiados (2,2 milhões de euros) e pelo aumento do número de alunos.

Para lá dos apoios financeiros anuais destinados à qualificação dos trabalhadores não docentes, que medidas e ações de formação concretas estão previstas e devem integrar o programa plurianual de formação interna?

O Presidente do IPCB respondeu às questões colocadas da seguinte forma:

“O Presidente do IPCB informou que estão identificados alguns problemas nas coberturas das instalações sendo que na maioria dos casos estão cobertos pela garantia prevista no âmbito das intervenções recentemente realizadas e os empreiteiros irão assegurar as devidas correções.



Relativamente ao mapa de pessoal do IPCB, e no que concerne a docentes, o Presidente do IPCB explicou a diferença entre lugares ocupados e lugares não ocupados. Os primeiros estão cabimentados e os segundos integram o mapa de pessoal, mas não estão cabimentados. Quanto à abertura de concursos referiu estarem presentemente 13 concursos abertos para professores adjuntos, 4 na ESART, 5 na ESALD, 2 na ESECB e 2 na ESGIN. Relativamente à ESACB aguarda informação dos órgãos da Escola para que o Conselho de Gestão possa apreciar e tomar as devidas decisões. Salientou que conhece a situação da ESACB no que se refere à aposentação de docentes, tendo salientado que é sempre preferível haver um planeamento atempado das referidas aposentações, embora nem sempre a decisão de aposentação seja comunicada atempadamente.

Quanto à percentagem de docentes contratados a termo, referiu que a análise tem que ser efetuada com algum cuidado pois em algumas áreas, designadamente na Escola Superior de Artes Aplicadas e Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, os docentes vêm de fora da academia, asseguram a lecionação de uma ou duas unidades curriculares e não pretendem de todo ingressar na carreira docente, mas somente ter ligação ao IPCB e lecionar em áreas onde são especialistas. Quanto a outras situações, onde a necessidade de contrato a tempo integral é manifestamente necessária, o IPCB tem vindo a proceder á abertura de concursos.

O Presidente do IPCB referiu que o IPCB promove a conciliação da vida profissional com a vida familiar e prova disso é disposto no Regulamento interno de duração e organização do tempo de trabalho com as conhecidas regras. Quanto à abertura de vagas para postos de trabalho do pessoal não docente, o IPCB tem vindo a abrir concursos de admissão e de mobilidade. Ainda na reunião do Conselho de Gestão realizada no dia 07 de janeiro de 2026 foram abertas 3 vagas para Assistente Técnico.

Quanto à formação interna, o IPCB apoia financeiramente os Técnicos Superiores em programas de mestrado e doutoramento para além do apoio anual para ações de formação. Relativamente ao programa plurianual de formação interna vai sendo construído de acordo com as necessidades identificadas e os resultados da avaliação SIADAP que passou a ser anual. Salientou que recentemente teve lugar uma formação interna na área do escritório eletrónico com duração de 25 semanas para cerca de 30 trabalhadores. Apelou à participação no processo

tendo referido que os trabalhadores também podem apresentar propostas de formação”

A pedido do Presidente do CG o Conselheiro António Bob Moura dos Santos apresentou um parecer sobre o PA (**Anexo 3**). O Presidente do CG solicitou aos conselheiros cooptados que votassem o parecer apresentado, conforme indicado no artigo 16.º, ponto 3, dos Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco. O parecer foi aprovado por unanimidade pelos membros cooptados do CG.

O Presidente do CG colocou à votação o Plano de Atividade para 2026. O Plano de Atividades foi aprovado por unanimidade dos presentes.

O Presidente do CG colocou à votação o orçamento do IPCB para 2026 (**Anexo 4**).

O orçamento de 2026 do IPCB foi aprovado por unanimidade dos presentes.

4. Apreciação e votação do Regulamento eleitoral para a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco

O Presidente do IPCB pediu ao presidente do CG a palavra para manifestar o seu desagrado com o ponto 9 do artigo 10º da proposta de Regulamento Eleitoral enviada aos conselheiros, onde constava: “*Durante todo o processo eleitoral, o Presidente do IPCB em funções limita a sua intervenção a atos estritamente necessários de gestão corrente apoio administrativo, abstendo-se de qualquer atuação suscetível de influenciar, direta ou indiretamente, o procedimento eleitoral ou a decisão do Conselho Geral.*”

O Presidente do IPCB considerou o ponto 9 do artigo 10º, insultuoso e indicou que pela primeira vez que viu um artigo semelhante num regulamento eleitoral. Garantiu que não deixará de exercer todos os seus direitos e obrigações estatutariamente consagrados até ao final do seu mandato e pediu para se ausentar durante a apreciação deste ponto.



O Presidente do CG garantiu não ter existido a intenção de insultar o Presidente do IPCB, pois o ponto referido limita-se a realçar uma boa prática habitual nestas circunstâncias. O Presidente do CG referiu que este regulamento eleitoral, foi redigido em conformidade com a lei e com apoio informal de juristas externos ao IPCB, especializados no setor educativo, e só não foi avaliado pelo gabinete jurídico do IPCB, como solicitado, por uma questão de procedimentos internos. Ficou acordado que o regulamento eleitoral aprovado, com o respetivo calendário eleitoral, será enviado ao gabinete jurídico do IPCB para análise, correção de eventuais inconformidades legais e emissão de parecer, de forma que o Regulamento fique validado do ponto de vista jurídico.

O Presidente do CG colocou a proposta à discussão. Analisado ponto por ponto, foi consensualizado tendo saído o ponto 9 do artigo 10º por proposta do Presidente do CG para não ferir a suscetibilidade de ninguém, reforçando a ideia de que aquele ponto apenas dizia respeito ao processo eleitoral, sublinhando aquilo que tem sido a boa prática dos presidentes da instituição em períodos semelhantes. Acrescentou, sobre a decisão do Presidente do IPCB ter optado por se ausentar da sala, que essa era uma decisão pessoal. Transmitiu que não via qualquer problema em que o presidente do IPCB ficasse sendo certo que à luz da Lei, não poderia intervir na discussão, nem na votação do Regulamento Eleitoral.

O Presidente do CG propôs que a comissão eleitoral fosse constituída pelos seguintes conselheiros: João António Marques da Costa Batista Carrega (Presidente), António Bob Moura Santos, Marta Filipa Geraldes Falcão, Jorge Manuel Pedro da Costa e Leonor Calmeiro Matos Ferreira. O Presidente do CG do IPCB colocou à votação a constituição da Comissão Eleitoral. Esta comissão foi aprovada por unanimidade.

O Presidente do CG apresentou a proposta de calendário eleitoral. Depois de alguns ajustes o Presidente do CG colocou o calendário eleitoral para a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco à votação. O calendário foi aprovado por unanimidade.



O Presidente do CG colocou o Regulamento eleitoral para a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (**Anexo 5**) à votação. O Regulamento foi aprovado por unanimidade.

O Presidente do CG solicitou que se chamasse o Presidente do IPCB que reentrou na reunião

5. Apreciação e votação do valor das propinas para o ano letivo 2026/27

O Presidente do CG deu a palavra ao presidente do IPCB que explicou os valores propostos para as propinas do ano letivo 2026/2027.

O Presidente do CG colocou à votação os valores para as propinas do ano letivo 2026/2027. Os valores propostos foram aprovados por unanimidade (**Anexo 6**).

6. Apreciação e votação de Moção de defesa do ensino superior no interior do país

O Presidente do CG apresentou uma Moção de defesa do Ensino Superior no interior do país (**Anexo 7**). Esta moção foi secundada por vários conselheiros, merecendo a concordância e o apoio do Presidente do IPCB, tendo a conselheira Marta Falcão tecido as seguintes considerações:

“Falar de ensino superior no interior do país não é apenas falar de educação. É falar de coesão territorial, de justiça social e de visão estratégica para o futuro do país.

Durante demasiado tempo, o interior tem sido tratado como um espaço onde se vai mantendo, enquanto o litoral concentra o investimento, a inovação e o prestígio. No ensino superior, essa lógica repete-se: as instituições do interior existem, mas raramente são colocadas no centro das decisões políticas.

Desde logo, podemos suscitar algumas questões que poderiam e deveriam ser pensadas com seriedade neste processo de valorização das instituições.

- Sem professores valorizados, não há ensino de qualidade



Um dos problemas mais sérios do ensino superior no interior é a dificuldade em fixar docentes e mantém-se uma clara e evidente discrepância entre docentes de ensino politécnico e universitário. Essa diferença não tem causa justificativa no tempo presente.

- Igualdade entre instituições

Costuma dizer-se que todas as instituições concorrem em igualdade de circunstâncias, mas a verdade é que uma universidade num grande centro parte com vantagem: mais reputação, mais visibilidade, maior proximidade ao poder político e económico.

As instituições do interior, pelo contrário, partem com muitas vezes com um estigma: o de serem vistas como “segunda escolha”. Isso reflete-se, entre outras realidades, no número de vagas preenchidas, no sucesso da captação de alunos e, claro, no financiamento.

Cria-se assim um círculo vicioso: menos alunos conduzem a menos receitas, este facto gera diminuição da atratividade e uma espiral recessiva de procura por parte dos alunos.

- Vagas

Há um aspeto desta desigualdade que é impossível ignorar: a distribuição de vagas no ensino superior, basta pensarmos no facto de que as grandes cidades concentram mais vagas e(m) cursos muito procurados.

O país teria a beneficiar se esta realidade fosse alterada, porque a concentração de vagas no litoral (sobretudo nas grandes cidades de Lisboa e Porto) agrava problemas de habitação e custo de vida, enquanto, paralelamente, esvazia territórios de interior.

- O problema do orçamento

Quando se analisam os orçamentos das instituições do interior percebemos que a folga para pensar estrategicamente, atendendo às despesas fixas, diminui, independentemente da excelente visão estratégica que se possa adotar. Nesse sentido, entendo que faria sentido uma discriminação positiva orçamental, salvo melhor entendimento, porque o conceito de justiça deverá ser encarada segundo a ideia de “tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente”, já que, além



dos aspetos mencionados, as IES também têm uma missão territorial estratégica.”

Depois de colocada a votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada eletronicamente, e que será assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim que a secretariei.

O PRESIDENTE

A SECRETÁRIA

(João António Batista Carrega)

(Catarina M^a. Q. M. V. Gavinhos)